

# EDUCAÇÃO PARA A DEMOCRACIA NO FIM DA DITADURA EM PORTUGAL: O CONTRIBUTO DE MANUEL ANTUNES, S.J.

José Eduardo Franco<sup>1</sup>

“A educação é aquela que concerne o homem todo e a todo o homem. O homem todo: da matriz ao túmulo e em todas as dimensões da sua personalidade realmente humana desde o físico ao mental e englobando o afectivo, o profissional (ou técnico), o científico, o estético, o moral e o religioso. O homem todo é aquele a quem assiste a capacidade de se relacionar com o todo, o único ser da natureza dotado de tal capacidade. O homem todo é um ser a quem foi aberta a possibilidade de apreender o todo, de visar o todo, de «intencionar» o todo, de «sentir» o todo, de ter horizontes tão largos como o próprio universo e tão profundos como o próprio infinito”

Manuel Antunes

**RESUMO:** O nosso estudo pretende apresentar e analisar a reflexão do Padre Manuel Antunes, s.j. (1918-1985) com especial incidência sobre a reforma universitária portuguesa na linha do seu pensamento pedagógico assente no ideário de formação *do homem todo e de todo o homem*. Teremos como pano de fundo o facto dos textos antunianos terem sido considerados uma espécie de “Paidéia” fundamental para repensar a educação em Portugal assente num projecto mais vasto e mais fundo de cultura, na transição da ditadura para a democracia.

**PALAVRAS-CHAVE:** Manuel Antunes. Educação. Universidade. Democracia.

## O Mestre do Saber e da Liberdade

Neste ano de 2005 assinalou-se, com várias iniciativas em Portugal, os 20 anos da morte do pedagogo jesuíta, Padre Manuel Antunes (1918-1985), considerado um dos maiores mestres e o sábio mais multímido e original do século XX português. Destacou-se como director e redactor da prestigiada revista *Brotéria* (1965-1982), na qual escreveu centenas de artigos sobre Educação, Cultura, Filosofia, Classicismo, Política, Teologia e Economia assinados quer ortonimamente, quer com o recurso a pseudónimos. Ao todo são 124 os pseudónimos conhecidos sob os quais Manuel Antunes assinou muitos dos seus escritos, sendo por tal considerado o autor lusitano que mais recorreu à pseudonímia. Recurso sistemático que se justifica pela necessidade sentida de iludir a censura do Estado Novo. Por outro lado, Manuel Antunes, estando à cabeça de uma revista de periodicidade mensal,

---

<sup>1</sup> Centro de Literaturas de Expressão Portuguesa das Universidades de Lisboa.

confrontou-se algumas vezes com a falta de textos de autores de áreas diversificadas que preenchessem todas as secções dos números substanciais e pluri-temáticos da Brotéria. Números houve, por isso, para os quais o director teve de escrever vários textos sobre diferentes assuntos. O pseudónimo foi o melhor recurso encontrado como estratégia para dar a ideia de diversidade autoral e assim manter o cunho de uma revista multi-participada.

Nos anos conturbados do pós-concílio Manuel, Antunes assumiu a direcção da Brotéria, imprimindo a esta revista uma nova dinâmica interdisciplinar e uma abertura ideológica plural a quadrantes da sociedade portuguesa que destoavam do ideário do pensamento único em vigor oficialmente. De facto, a redacção deste periódico dos Jesuítas era frequentemente incomodada pela Comissão de Censura e vários textos foram proibidos, rasurados pelo temível lápis azul e impedidos de serem publicados na íntegra, como se pode observar nalgumas provas tipográficas ainda guardadas nos arquivos da Casa de Escritores da Companhia de Jesus. Artigos de autores como Barata Moura, Miller Guerra, Bento Domingues, Lindley Cintra que propuseram publicar estudos e reflexões sobre temas e correntes em voga na Europa e no Mundo como o Marxismo, as reformas sociais e políticas democráticas, o estado da educação e da universidade e a necessidade da sua adaptação aos novos tempos, as implicações do Concílio Vaticano II, não poderiam deixar de atrair a atenção dos agentes da Censura (cf. Franco, 1999)

Vale a pena recordar um caso quase caricato acontecido com Lindley Cintra e que ele próprio testemunha para ilustrar até onde poderia ir a suspeita e o boicote sobre o pensamento e a liberdade de expressão. O célebre professor de Filologia da Faculdade de Letras foi convidado a publicar na Brotéria uma conferência que tinha proferido no Grémio Literário sobre um tema aparentemente inócuo do ponto de vista ideológico: *Formas de tratamento em português*. Desde logo, o autor teve sérios problemas com a Censura, como recorda: “A conferência foi ameaçada pela censura. Ameaçaram destruir a sala, suponho por que entenderam *formas de tratamento* de uma maneira um pouco diversa daquilo que eu tinha em vista”. Nesta sequência, adianta o professor de Linguística, “a respeito desta sistema de *formas de tratamento*, Manuel Antunes teve que lutar com a censura para que se publicasse o meu texto integral, um texto que era de linguística, como podem facilmente calcular” (Cintra, 1985, p. 19). Mas o censurado refere a seguir a razão do cuidado da entidade censória. A preocupação residia no facto do autor defender “o alargamento do emprego de *tu* e *você*, formas de intimidade igualitária, já então preferidas pela gente jovem” (*Ibidem*). A censura quis cortar as passagens do artigo consideradas perigosas e assim evitar a publicação do texto

na sua versão integral. Só a intervenção de Manuel Antunes conseguiu contornar as intenções proibitivas dos censores.

### **O Professor e o Construtor de Pontes**

Mas a sua acção mais marcante foi na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, onde foi professor de disciplinas filosóficas e humanísticas durante dezenas de anos (1957-1983). Ali formou mais de 15 mil alunos, mormente através da cadeira de História da Cultura Clássica que era transversal aos vários cursos de Letras, entre a década de 50 e a década de 80. As suas aulas são recordadas, pelos seus alunos que hoje exercem actividade profissional e cultural em diversos sectores da sociedade portuguesa, como uma referência de saber e de capacidade pedagógica invulgares.

Na citada homenagem que lhe foi dedicada pela revista *Reflexão Cristã*, dando voz a tantos alunos que em unísono reconhecem e exaltam os talentos pedagógicos deste professor de Letras, Salette Tavares recorda as suas aulas que marcaram milhares de alunos para toda a vida. A pequenez e fragilidade física deste homem contrastavam com a vastidão e solidez dos seus conhecimentos filosóficos, culturais, históricos, teológicos, antropológicos, sociológicos, no fundo, com o seu saber interdisciplinar de abrangência universalizante: “E o que eu gostaria de ter feito para hoje, seria mostrar como um mínimo de figura é tão grande que consegue arrebatrar multidões como acontecia naquela universidade, onde eu conheci alunos que diziam: *somos mil na aula e todos estão suspensos nele*. Eu conheci pessoas que não se interessavam nada do ponto de vista religioso, mas que ficaram fascinados por aquele mínimo de voz, que tinha peso” (*ibidem*, p. 6).

Manuel Antunes, que se transformou, na memória dos que conviveram com ele, numa espécie de *Mito do Pedagogo* - na arte de transmissão do saber universal por excelência - teve uma acção importante na transição conturbada e profundamente incerta do regime ditatorial para o regime democrático em Portugal, nos meados da década de 70. Esta acção discreta, mas empenhada, verificou-se junto dos alunos e professores da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa; e, ao mesmo tempo, junto de intelectuais e políticos, tendo sido conselheiro da Presidência da República e convidado para Ministro da Educação.

Enquanto professor da Faculdade de Letras, Manuel Antunes fez parte dos corpos directivos desta Faculdade nos tempos conturbados do pós-25 de Abril. Nesta fase complexa, a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa era semelhante a um barril de pólvora prestes a explodir. Neste espaço universitário, laboratório de experiências políticas e confecções

ideológicas, digladiavam-se correntes radicais com muita capacidade de intervenção e manipulação. Registaram-se vários saneamentos de professores e composições e recomposições dos quadros desta Faculdade. A confusão e a balbúrdia grassavam neste período de incerteza e expectativas contraditórias. Manuel Antunes, não sem grandes tensões, foi dos poucos que conseguiu passar incólume diante destes processos persecutórios. Precisamente devido à sua admirada postura de pedagogo, ao seu “humanismo dialogal”, de abertura ao diferente, que fazia dele um construtor de pontes entre pólos por vezes ideologicamente extremados antagonicamente. Um pedagogo que o era para além da secretária do professor na sala de aula. Nesta qualidade de exímio conciliador chegou mesmo a ser apoiado, enquanto membro do Conselho Directivo daquela Faculdade, por um largo número de votantes até de quadrantes que à partida lhe seriam adversos, como foi o caso do apoio recebido da parte do sector de esquerda ligado ao MRPP. Lindley Cintra, que também fazia parte da direcção da Faculdade com Manuel Antunes, assinala que este apoio só pode ser entendido no contexto peculiar do ano de 1975: “Tratava-se de um ano em que todos nós andávamos um tanto desorientados pelas muitas e variadas coisas que se passavam em Portugal” (Barreto, 1985, p. 9).

Continua a haver em torno da pessoa do Padre Manuel Antunes, sj, enquanto mestre e pensador da cultura portuguesa e universal, um extraordinário consenso da parte de alunos, colegas, admiradores, amigos e leitores seus em reconhecer neste professor da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa qualidades excepcionais de pedagogo e intelectual, assim como uma grande originalidade nos seus escritos.

De facto, não é fácil encontrar na história da intelectualidade portuguesa figuras que reúnam tão unânime admiração e aceitação da parte dos vários quadrantes ideológicos, desde os sectores de esquerda aos de direita, desde os cristãos e aos não cristãos, como se tem verificado em relação a este padre jesuíta - ainda em vida e tendo-se acentuando de forma significativa depois da sua morte.

Mais extraordinária se torna a constatação deste inabitual louvor tão unânime, sendo Manuel Antunes quem é e sendo professor de matérias nem sempre fáceis. Sendo padre e jesuíta, e conhecendo-se a vincada tradição anticlerical e antijesuítica que tem caracterizado a nossa cultura e marcado uma mentalidade de suspeita em relação aos membros do clero e das ordens religiosas, ainda que sejam intelectuais bem preparados e bons professores. E sendo professor de Estudos Clássicos, uma das áreas nem sempre bem amadas, nem muito procuradas do conjunto das Ciências Sociais e Humanas.

Dado o desfavor de partida destes estatutos sociais que o Padre Manuel Antunes representava, como compreender o ter conquistado um *podium* quase miticamente admirado de modelo de pedagogo e de sábio na conturbada segunda metade do século XX português?

Precisamente, em nosso entender, porque ele teve o ensejo e a inteligência de inaugurar uma nova etapa na relação dos vários estatutos que representava (o de padre jesuíta, o de professor de Letras Clássicas e o de intelectual) com a sociedade contemporânea e com a vida e o sentir concreto das mulheres e homens do seu tempo.

Diferentemente do que acontecia muitas vezes no passado, como intelectual e como professor, ele procurou - nas suas aulas magistrais do Anfiteatro I e nos seminários de Filosofia mais restritos da Faculdade de Letras, na sua intervenção pastoral, na sua convivência quotidiana, nos seus escritos ensaísticos sobre temas tão pletóricos que versavam temas que iam da crítica literária até à política internacional – construir pontes e não acentuar abismos entre mentalidades diferentes, desabar muralhas e não barricar-se em guetos ideológicos, alargar horizontes de compreensão crítica do mundo e da história dos homens e não se entrincheirar em definições fechadas e dogmatizantes e sem atenção às derivas presentes da história humana. Como professor de Letras demonstrou na prática do seu magistério uma atenção cuidada à comunidade imensa dos seus alunos, encarando cada um deles não como elementos sem nome de uma massa anónima, mas como individualidade única. Revelou, para espanto geral, que era possível ligar um saber académico aparentemente tão longínquo, como era o das Humanidades Clássicas, à vida de cada pessoa e aos dramas e aspirações do mundo contemporâneo. Promoveu com coragem e firmeza a transmissão e aquisição exigente dos conhecimentos curriculares das disciplinas que ministrava. Ensinava um saber de forma profunda e erudita, mas não desenraizada da vida corrente das mulheres e homens de cada época histórica. Esforçou-se por oferecer um saber não estilizado, nem apenas livresco, mas um saber/sabedoria que fizesse sentido e conferisse uma mais-valia para o tirocínio de quem o recebia.

Como padre e como jesuíta, abandonou as posturas intransigentes e primariamente apologéticas de uma certa tradição intelectual católica que encarava a cultura e os valores de além-fronteiras da Igreja, os ditos valores do mundo, nomeadamente os de matriz laica, de forma desconfiada e polémica. Cultivou antes uma atitude que veio a ser largamente consagrada pelo Concílio Vaticano II de abertura ao mundo, de reconhecimento do valor das realidades temporais ou seculares e de respeito e diálogo sinceramente ecuménico com o “Outro” – com o diferente e com aqueles que pensam de maneira diversa –, não do “Outro” como o inimigo sempre a combater numa lógica de “mito da conspiração”, mas como uma

realidade outra, uma cultura outra, um ente outro, com quem se pode também aprender, a quem se pode dar e de quem se pode receber enriquecimento, sem sobranceiras, mas num plano de igualdade, no plano da igualdade mais genuinamente humana.

Exercendo com consciência e em coerência com as suas convicções, de que nunca abdicou nem deixou de afirmar, o seu múnus intelectual como função de grande responsabilidade enquanto instância de reflexão, de crítica e de orientação frente aos dinamismos da vida contemporânea, Antunes não receou o diálogo com as grandes correntes do pensamento em voga no seu tempo, como eram os casos do marxismo, do existencialismo e até do niilismo. Soube apreciar e até exultar com as propostas reformistas da educação a nível nacional, destacando-lhe os méritos, sugerindo-lhe aperfeiçoamentos, avançando sugestões e pedindo uma reflexão pública aberta e alargada. Teve sempre o cuidado de situá-las no horizonte mais largo da história e confrontá-las com aquilo que se ia fazendo e modificando no estrangeiro no que à educação e à cultura dizia respeito. Desapreciou sempre os regimes totalitários, nomeadamente o do seu país, e exultou com a revolução do 25 de Abril que instaurou a democracia, ele que cultivava desde há muito um pensamento democrático.

Neste quadro de transição política e de revolução de mentalidades, Manuel Antunes produziu um conjunto importante de reflexões, dispersas em artigos e em livros, sobre a situação político-educativa de Portugal na conjuntura europeia e mundial. Elencou problemas, analisou propostas e projectos reformistas e propôs soluções mas, acima de tudo, apontou caminhos teóricos, hierarquizou valores e sugeriu orientações.

Manuel Antunes soube colher ideias e teses de pensadores que defendiam caminhos prioritários para a transformação de Portugal numa linha de progresso e depois modelar o seu próprio pensamento sobre o tema-problema. Teve precursores como Jaime Cortesão, António Sérgio que defendiam prioritariamente a reforma da educação e/ou da economia como medida propedêutica para levar a cabo o progresso do país.

### **Propostas para uma Reforma Democrática da Universidade**

Manuel Antunes afirma-se, sem dúvida, como um importante e fecundo teorizador da educação em Portugal no século XX, quer pela vastidão, abrangência e qualidade da sua reflexão educativa, quer pelo significado que esta encerra no último período da ditadura e na transição para a Democracia. Este Jesuíta marca, com rasgos de antecipação, a transição de um pensamento de pendor apologético, jurisdicista e defensivo, de matriz catolicizante e

conservadora, para um pensamento problematizante, ecuménico, de matriz antropológica cristã e de método dialógico, em que procura assentar a teoria da educação numa reflexão sobre a cultura. A sua reflexão é inovadora e corajosa no contexto publicacional do círculo intelectual da revista *Brotéria* de que se tornou director, forçando uma viragem teórico-pedagógica numa Igreja fechada sobre si própria para uma Igreja aberta e dialogante com as “realidades temporais”, de um Estado totalitário para um Estado pluralista e democrático.

No sentido de refutar os defensores de um certo estatismo e intocabilidade da estrutura universitária, empreende, num texto sobre a “Universidade Portuguesa” (*Brotéria*, 1970), uma fundamentação da possibilidade, necessidade e conveniências da reforma da universidade. Precede esta argumentação de uma síntese histórica das reformas universitárias levadas a cabo na universidade francesa, inglesa, americana e portuguesa, para lembrar aos opositores da reforma que “a velha instituição é pois susceptível de Reforma. O estímulo para a realizar pode vir do Estado, pode vir do exemplo alheio e pode vir dela própria” (pp. 19-20).

Teoriza sobre as vantagens do pluralismo universitário e a sua importância no processo de reforma da universidade, de modo a evitar a sua imobilidade no tempo: “um pluralismo universitário representa ainda a melhor condição e constitui o meio mais adequado para evitar a anquilose, a rotina ou a irresponsabilidade” (p. 19). Daí que opine positivamente em relação à fundação de universidades novas, as quais na sua perspectiva contribuem para reformar as antigas, embora possa certamente provocar “sobressaltos” aos habituados mestres, alunos, corpos políticos e administrativos. Isso nada tira, porém, à lógica dos factos” (p. 21).

Idealiza, com algum sabor utópico, a reforma da universidade, considera que esta deve ser reformada no sentido de fazer parte de “um sistema mais vasto de criação e transmissão da experiência e do saber. Toda a comunidade seria, a um tempo, docente e discente, ensinante e ensinada” (p. 22).

Defende o autor que existem condições e exigências sócio-culturais que requerem e pressionam a feitura de uma reforma do ensino universitário, ainda mais tendo em conta as tendências que se presenciam na Europa a este nível, especialmente a expansão e massificação do ensino superior e a sua abertura a todas as classes sociais, desbloqueando-se um ensino reservado a elites (cf. pp. 22-23).

Nesta linha, discute, na “Reforma do Ensino Superior” (1971c), o projecto reformista proposto pelo então Ministro da Educação à sociedade portuguesa para reflexão e debate. Considera que esse projecto, intitulado “As linhas gerais da Reforma do Ensino Superior em

Portugal”<sup>2</sup>, apresenta um “sistema coerente, a um tempo tradicional e profundamente inovador” (p. 345). É tradicional, na medida em que sugere um regresso à concepção primigénia de universidade: “uma concepção de «universitas scientiarum» e de «universitas magistrorum et scholarium»” (p. 349). Noção que, no entender de M. Antunes, define a “unidade fundamental da universidade”, *id est*, a instituição universitária como lugar em que se “integra o ensino e a investigação de disciplinas afins do ponto de vista científico ou profissional” (pp. 349-350).

Quanto àquilo que o autor considera inovação no projecto reformista da universidade, elenca-se os seguintes pontos, com os quais o autor concorda:

1. Elevação à categoria de Ensino Superior dos novos Institutos Politécnicos;
2. Criação do Departamento como unidade base;
3. Inovação orgânica e composição dos corpos directivos;
4. Extensão do princípio participativo a todos os elementos universitários e extra-universitários;
5. Separação do sector directivo e do sector administrativo;
6. Ampliação das vias de acesso à universidade;
7. Inovação da coordenação de vários elementos dispersos e justapostos;
8. Inovação no alargamento do princípio de autonomia;
9. Mais apertada articulação entre o ensino secundário e superior;
10. Maior importância a atribuir aos departamentos de Ciências de Educação, como forças importantes, subsidiárias da pedagogia nacional;
11. Divisão do ano em dois semestres;
12. Inovação no processo de avaliação de conhecimentos: trabalhos escolares, avaliação contínua, exames só de carácter supletivo;
13. Obrigação feita aos docentes de permanecerem nos respectivos institutos determinado número de horas;
14. Implantação da educação permanente e formação pós-gradual - reciclagem;

---

<sup>2</sup> Explica Rómulo de Carvalho (1986) que “para Veiga Simão o grau do nosso ensino mais carecido de reforma era o universitário (...). Considerava o ministro que a Universidade Portuguesa estava reduzida a desempenhar o papel de uma escola cuja missão era, quase exclusivamente, a de preparar, e mal, professores do ensino secundário. A sua existência, tal como se apresentava, afigurava-s-lhe inútil, pois, para o ministro, a missão específica da universidade é a formação de cientistas e técnicos. Era de homens com tais títulos que a nação precisava para poder executar o plano de modernização e que a nossas carências e os compromissos contraídos com a P.C.D.E. nos obrigavam. Era a própria existência de Portugal como Nação livre que estava dependente da reforma do ensino universitário” (p. 808). Em sintonia com este pensamento estão, em grande medida, os pedagogos da Brotéria, mais radicalmente Miller Guerra.

15. Operacionalizar uma maior eficácia e economia do tempo de ensino (cf. pp. 351-353).

O texto do projecto da reforma rege-se por três princípios que o autor escarpeliza como fundamentais: autonomia, coordenação e representação (cf. p. 353). Propõe mais autonomia financeira, administrativa, pedagógica, cultural, científica e até estatutária, embora o autor considere insuficiente de acordo com o sugerido na letra do projecto (cf. p. 353). Projecta a criação de órgãos de coordenação inter-universitários com vista a otimizar estruturas e a realização de objectivos comuns (cf. pp. 353-354). Sugere a previsão legal da possibilidade dos estudantes e de outros sectores da sociedade terem representação nos organismos da vida e da gestão universitária (cf. p. 354).

Em suma, considera o autor o projecto do ministro Veiga Simão uma boa proposta, pois não lhe “parece fácil encontrar alternativa global, para o projecto que ora (...) é apresentado” (p. 356). Não obstante, entende que para proceder à concretização destas medidas avançadas para a “modernização” da universidade portuguesa, é preciso derribar importantes obstáculos e criar condições sustentaculares desta reforma, a saber:

- a) Incremento e melhoramentos de estruturas materiais: instalações, equipamentos laboratoriais, etc.;
- b) Renovação e aumento do pessoal docente capacitado;
- c) Revisão do processo de selecção dos candidatos ao ensino superior;
- d) Revisão do sistema de avaliação;

E conclui com um voto de que este “texto operatório” tenha “força para nos arrancar de imobilismos anacrónicos como para nos precavermos de progressismos desaustinados” (p. 360).

Quando, em 1971, o Ministro da Educação, Veiga Simão, anuncia a divulgação de dois projectos para debate público sobre a reforma do ensino, Manuel Antunes dá o seu apoio a esta iniciativa do Ministro, considerando uma grande oportunidade para uma reflexão conjunta e alargada à sociedade portuguesa, com vista a se poder auferir um contributo opinioso e sugestional da sociedade portuguesa sobre o destino a dar à educação: “louvavelmente, porque é do contacto e do contraste de pareceres que uma luz mais clara se pode fazer iluminar os trilhos de um futuro melhor para todos os portugueses” (Brotéria, 1971b, p. 286). Em jeito de crítica, apresenta uma tipologia das atitudes “indesejáveis” que os

portugueses, pouco habituados a estes debates públicos, poderiam vir a tomar perante a proposta de discussão da reforma: abstencionista, conservadorista, cepticista, regressivista, destrutivista e concordista (cf. pp. 284-286).

### **Linhas Mestras do Pensamento Pedagógico Antuniano**

Entre diversos artigos, opúsculos e obras-síntese publicadas aqui e acolá, nos intervalos da sua asfixiante actividade docente, podemos auscultar uma fecunda e original filosofia pedagógico-educativa e cultural, onde sobressai uma teoria da educação baseada num personalismo humanista cristão. Procurando assentar a labuta do pensamento num sólido humanismo, tentou abrir a cultura aos valores do espírito na esteira de uma síntese interdisciplinar sobre o homem, o mundo, o cosmos e Deus, remando contra a corrente da especialização reducionista.

Segundo a síntese poderosa de M. Ferreira Patrício, Manuel Antunes afirma a necessidade de fazer assentar uma teoria de formação do homem, numa antropagogia, ou seja, numa antropologia - Que podemos esperar? Que devemos fazer? Que podemos saber? Ele entende que só “uma visão global do ser humano, retrospectiva e prospectiva, passada e antecipante, permitirá a organização de um sistema educativo digno desse nome” (1973, p. 43) – , um pouco na linha da filosofia pedagógica portuguesa contemporânea, do pensamento de que são figuras luminares Pascoaes, Leonardo Coimbra e Delfim Santos (cf. Patrício, 1985c). Escreve M. F. Patrício, considerando-se um dos discípulos deste pedagogo, que “toda a obra do Pe. Manuel Antunes á pedagógica. Ou melhor: antropagógica. Com efeito, o homem está no centro das suas preocupações. A vida de Manuel Antunes foi habitada pelo cuidado pelo homem. Ele não quis, no entanto, apenas conhecer e compreender o homem. Quis, com efeito, ajudar o homem a ser homem, a formar-se tão plenamente quanto possível como homem, a viver a sua vida de homem sob o signo do contínuo e exigente movimento do aperfeiçoamento” (1985c, p. 297).

Manuel Antunes, mais do que um humanista era um personalista cristão. Colocava a tónica no entendimento das pessoas “como seres de carne e osso que não estruturas impessoais, seres com direitos e deveres recíprocos que não apenas abstractos”, “seres solidários de um mesmo destino terrestre e ultraterrestre”. A sua reflexão pedagógica insurge-se contra os homens esvaziados de humanidade, contra o «homem-máquina», aquele que não é capaz de liberdade e responsabilidade, contra os «homens-espuma», alucinados e alheios de si próprios. Patrício descortina que “há todo um programa pedagógico transpositivista (...),

todo um programa de acção antropagógica no pensamento educativo deste pedagogo.” É neste sentido que ele advoga o “primado das ciências do homem sobre as ciências da natureza”, contra a utopia do “cientismo míope” que distanciou o homem da sua interioridade, para que possa novamente caminhar no sentido de se conhecer melhor a si mesmo (cf. 1986, 161 e ss.).

Como mestre da história e da vida humana, aliando de forma admirável a teoria e a prática, para Manuel Antunes o ideário de fundo da educação deve ter como meta a entrega do homem a si próprio. A verdadeira educação, aquela que forma integralmente o ser humano, deve ser capaz de conduzir ao pólo apostó da alienação: homem sujeito e não objecto, pessoa em vez de coisa. Deve, portanto, combater o homem serial, que constitui a «multidão solitária», o homem multitudinário.

Em sintonia com a doutrina do magistério eclesiástico, tal como é exposta nas encíclicas *Pacem in Terris* e *Populorum Progressio* e na Constituição Conciliar *Gaudium Spes* do Concílio Vaticano II, assim como em proximidade dialógica com a filosofia subjacente à *Declaração Universal dos Direitos do Homem* no tocante à educação e à cultura, Manuel Antunes acentua os traços do personalismo cristão, onde a dignidade da pessoa constitui o *leitmotiv* de toda a acção educativa e cultural (Patrício, 1985c).

Entende que uma teoria da educação tem de conter, necessariamente, uma teoria do Estado. Rejeitando todas as modalidades do Estado Totalitário, argumenta, na sua obra “Repensar Portugal” (1979), que o Estado Democrático, plural, tolerante é o único que é compatível com a liberdade e dignidade da pessoa humana. Na sua óptica, o Estado não deve ser o único, nem sequer o principal docente da Nação, mas deve ser um Estado aberto, que deve garantir a educação numa sociedade aberta. Considera, por isso, não ser possível uma verdadeira revolução política sem esta ter sido antecipada e preparada por um projecto educativo, ou seja, por uma *theoria* e uma *praxis* pedagógicas.

Uma das suas obras mais importantes, que condensa as suas reflexões mais significativas sobre a educação, reúne e aprofunda um conjunto de artigos compilados sob o título de *Educação e Sociedade* (1973), na sequência do debate ocorrido em torno da reforma educativa promovida pelo Ministro Veiga Simão. Aqui repensa a educação no plano dos princípios e dos fins, não deixando de adiantar sugestões práticas. Entende que “no contexto que é nosso, o sistema de educação, que se torna necessário redefinir, deveria girar em torno de dois pólos que mutuamente se atrásem e influenciassem: a ciência e a sabedoria, os factos e os valores” (1973, pp. 13-14). Na educação pela ciência, defende que é preciso ter em conta, qualquer que seja o ramo, o método e não apenas o conteúdo propriamente dito:

“Infelizmente, no ensino liceal entre nós vigente como, por vezes, no ensino superior, o que (...) parece promover-se é a aquisição de dados e de conhecimentos, sem levar em suficiente linha de conta, nem a sua compreensão em profundidade, nem o caminho como a eles se chegou. Menos ainda parece exigir-se a sua integração numa totalidade mais vasta” (1973, p. 14). A ciência, no seu entender, deve ser fomentada com todo o empenho, mas deve essa dedicação ser acompanhada de sabedoria, de sensatez, de valores, de um sistema ético. Continua a ser cada vez mais espantosa a gritante actualidade e a necessidade deste caminho pedagógico traçado por este filósofo jesuíta para a edificação um saber interdisciplinar tendente à construção de uma sabedoria de vida e para a vida e não um amontoado confuso de conhecimentos.

Antunes foi também um pedagogo “prospectivista”. Nesta linha, entendia que a educação do futuro deveria ter em conta três vectores fundamentais: “Fé na Ciência; confiança na Imaginação; abertura à Transcendência” (Patrício, 1986, p. 164), para que todas as dimensões do homem sejam valorizadas e se torne possível levar a cabo o seu programa ideal de educação: “a educação do homem todo e de todo o homem”, como projecto existencial de toda uma vida e da vida toda, de toda a sociedade e da sociedade toda. Nesta base teórica se funda a sua reflexão sobre a educação permanente. Por seu lado, considera que a educação deve ser enraizada na matriz cultural dos educandos. Daí que ao repensar a educação em Portugal, repense na linha da sua integração valorizante da cultura portuguesa para que “a educação portuguesa seja educação e seja portuguesa” (1986, p. 181).

O padre Manuel Antunes concebe o processo educativo como intrinsecamente relacional e dialogal baseado no cultivo da relação entre educador e educando e entre este consigo mesmo, de modo a conduzir a um aperfeiçoamento humano, que ele define como a “capacidade educacional do homem” (1973, p. 32). De acordo com o seu pensamento, a teoria da educação deve fundar-se numa teoria da cultura, reivindicando uma ligação íntima entre ambas. Neste sentido, entende por educação “não o simples processo da didáctica escolar, mas, no sentido mais largo, toda a aquisição, transmissão, renovação e criação de ideias, de comportamentos, de formas e de símbolos expressivos”, ou seja, “mais sinteticamente: a educação é a reflexão e o projecto de uma cultura” (1973, p. 11). A sua filosofia educativa discerne a educação como um processo de humanização e de regeneração social, o meio certo para fazer face às crises inevitáveis da sociedade humana: “na crise radical que atravessa o mundo e à qual nenhuma nação e mesmo nenhum indivíduo escapam ou sequer, no limite, podem escapar, a educação constitui um dos básicos elementos salvadores” (1973, p. 35). Isto porque a “noção de educação remete, desde logo, para as

concepções últimas do Homem, do Mundo e da Vida, para a questão dos fins e dos meios, para a floresta altamente embrenhada das implicações da natureza na cultura e da cultura na natureza, para o universo, mais delicado e embrenhado ainda, das relações entre indivíduo e sociedade, e, entre estrutura e génese, entre essência e história” (1973, p. 35).

A filosofia e a teologia têm, na classificação e possível resolução desses problemas, uma posição fulcral. Mas, para o mesmo efeito, contribuem necessariamente tanto as ciências da natureza e as ditas exactas como as humanas; na verdade, a totalidade do saber humano, sabiamente orientado, sobre o Homem, o Mundo e a Vida. Para tal, considera o método lexiológico insuficiente e também não é satisfatório o da «circum-navegação» pelas teorias e definições que da educação têm sido dadas e formuladas. A metodologia que se lhe afigura mais apropriada é a de “tentar relacionar certos temas que a educação implicar ou tentar justificar uma definição escolhida entre as várias possíveis” (1973, p. 38). Este pedagogo concebia que nada seria mais perigoso do que orientar a educação por ideias incompletas, assumidas com cariz dogmático e totalizante: “uma educação ou é total ou simplesmente não é. Uma educação ou tem em conta *todas* as aspirações do homem ou não passa de um logro” (1973, p. 38).

Cumpre-nos lembrar ainda que este ideal de formação total *de todo o homem e do homem todo* não deixa de se inscrever na mais genuína tradição humanista e pedagógica da Companhia de Jesus. O ideal inaciano de conversão interior e omnímota e a edificação de um homem novo renascido pela adesão plena ao Evangelho: paradigma antropológico transfigurado pela relação com Cristo, segundo a caminhada proposta pelos *Exercícios Espirituais* de Santo Inácio de Loyola. Trata-se da edificação do homem crístico. Uma conversão e uma recriação do homem que passe por uma ascese espiritual, mas também por um caminho de educação total: da inteligência e do coração, da razão e dos afectos à luz de um ideal alto e mobilizador da vontade e de todas as faculdades humanas. O projecto inaciano de educação transformista visa em última instância a transformação da sociedade, a construção de um mundo melhor, partindo sempre da transformação interior de cada homem. Não se trata, todavia, de uma educação circular, fechada, mas uma educação aberta a tudo o que é humano e bem direccionada em termos de sentido. Este ideal educativo foi bem recuperado e aplicado pelo célebre jesuíta Pedro Arrupe que presidiu como Superior Geral aos destinos da Companhia de Jesus no período pós-conciliar (desde 1965). O Padre Pedro Arrupe, que Manuel Antunes muito admirava e seguia, soube interpretar o ideal primigénio do potencial do projecto educativo inaciano e propô-lo como sinal e exigência de renovação e de modernidade da Ordem dos Jesuítas.

O seu pensamento pedagógico é essencialmente axiológico, isto é, pensa a missão da educação como uma acção promotora e instauradora de valores, pois o valor é entendido como o pólo aglutinador de tudo o que é educativo. A educação é um projecto construído a partir de uma relação interpessoal. A essência dessa relação é, “nos seus termos mais simples uma consciência e uma liberdade” (1973, p. 39).

O autor escreve ainda sobre outras áreas temáticas de vários campos do saber, sempre com olhar arguto e atento, levantando questões e apontando sugestões pertinentes. A sua grande preocupação consiste sempre em integrar criticamente os conceitos e as suas inter-relações pluri-significativas. Os seus diversos artigos publicados na *Brotéria* apresentam reflexões sistemáticas sobre problemáticas que vão desde a reforma do ensino superior, educação permanente, a ética e o pluralismo político, a filosofia, a teologia até à crítica literária. A sua análise aponta insistentemente para a necessidade de fomentar um espaço de participação alargada e crítica dos vários intervenientes na «empresa» da educação, para o incremento de uma criatividade aberta que promova e eleve o homem e coloque as suas estruturas acessórias ao serviço de uma maior eficácia e proficuidade de resultados. Verifica que o homem contemporâneo tem a consciência cada vez mais radicada de que, hodiernamente, tudo está em questão - princípios e preceitos, formas e conteúdos, estilos e modelos de vida. Logo, os caminhos que se abrem ao homem são, como nunca foram, “impressionantemente numerosos e labirínticos.” Por isso, entende ser uma tarefa “fundamental e urgente, pensar a educação” (1973, p. 33).

### **Bibliografia de Manuel Antunes com Interesse para o Estudo do seu Pensamento Pedagógico:**

*Ao encontro da palavra*, Lisboa, Liv. Morais, 1960;

*História da Cultura Clássica*, Lisboa, Texto policopiado, 1960-1961;

*Indicadores de civilização*, Lisboa, Verbo, 1972;

*Grandes derivas da História Contemporânea*, Lisboa, Edições Brotéria, 1972;

*Educação e Sociedade*; Lisboa, Sampedro, 1973;

*Repensar Portugal*, Lisboa, Multinova, 1979 (2ª e 3ª edição feita em 2005 com prefácio de José Eduardo Franco).

*Obra Completa do Padre Manuel Antunes*, Tomo II - *Paidéia: Educação e Sociedade*, Direcção Científica de José Eduardo Franco, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2005.

Artigos publicados na Revista *Brotéria: Juventude como problema*, Vol. 74, 1962a; *O problema da Universidade*, Vol. 74, 1962b; *Direito à cultura*, Vol. 85, 1967; *Universidade Portuguesa: posições e proposições*, Vol. 91, 1970; *Em Discussão (Reforma do Ensino)*, Vol. 92, 1971a; *Seis atitudes diante da Reforma*, Vol. 92, 1971b; *A Reforma do Ensino Superior*, Vol. 92, 1971c; *Cultura e cultura*, Vol. 92, 1971d; *Do trabalho interdisciplinar*, Vol. 92, 1971e; *Repensar Portugal*, Vol. 98, 1974; *A educação permanente: teoria e prática*, Vol. 103, 1976; *Que é a anticultura?*, Vol. 124, 1981.

### **Bibliografia sobre:**

José Eduardo Franco, *Brotar Educação. História da Brotéria e do seu Pensamento Pedagógico*, Lisboa, Roma Editora, 1999, pp. 359-365;

Hermínio Rico, José Eduardo Franco (coords.), *Fé, Ciência, Cultura. Brotéria – Cem Anos*, Lisboa, Gradiva, 2003, pp. 177-187;

Luís F. Lindley Cintra, “Homenagem ao Padre Manuel Antunes”, in *Reflexão Cristã*, Nº 45, Maio/Agosto, 1985.

Luís Filipe Barreto, “Manuel Antunes (1918-1985): um Humanismo Dialogal”, in *Jornal de Letras*, Nº 133, 22 a 28 de Janeiro, 1985.

Manuel Ferreira Patrício, “Notas sobre o pensamento pedagógico de Manuel Antunes”, in *Brotéria*, Vol. 121, 1985b, pp. 297-316;

Manuel Ferreira Patrício, “A antropologia de Manuel Antunes”, in *Brotéria*, Vol. 121, 1985c, pp. 540-554;

Manuel Ferreira Patrício, “A educação para amanhã na pedagogia de Manuel Antunes”, in *Brotéria*, Vol. 122, 1986, pp. 163-181;

Joaquim Coelho Rosa, “Manuel Antunes”, in *Enciclopédia Logos*, Vol. I, Lisboa-S.Paulo, 1989, cls. 318-320;

Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, *Homenagem a Manuel Antunes*, Lisboa, s.n., 1985;

J. Vaz de Carvalho, “Manuel Antunes”, in *Diccionario Histórico de la Compañía de Jesús*, Vol. I, Roma-Madrid, IHSJ e UPC, 2001, pp. 200-201.

CARVALHO, Rómulo de, *História do ensino em Portugal: desde a fundação da nacionalidade até ao fim do regime de Salazar-Caetano*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1986.

José Eduardo Franco  
E-mail: [edfranco@oniduo.pt](mailto:edfranco@oniduo.pt)

Recebido: 03/07/2006  
Aprovado: 22/11/2006